



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 09/2021

Carta Convite n.º 05/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS – ATENDIMENTO EMERGÊNCIA COVID-19.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O procedimento de licitação foi instaurado a pedido dos secretários municipais de saúde, administração e educação. Os secretários justificaram a contratação, cada qual com a finalidade precípua à pasta.

Estão anexados 03 (três) orçamentos – gráfica potencial, gráfica mundo verde e art. final comunicação visual.

A contadoria municipal apresentou disponibilidade orçamentária para a contratação.

O prefeito Martins autorizou a instauração do processo administrativo para a contratação.



Juntados os avisos de abertura, Edital de Licitação na modalidade Carta Convite. No Anexo I do Edital estão elencados os materiais gráficos que serão adquiridos, suas quantidades e valores.

FUNDAMENTAÇÃO:

Insta, primeiramente, destacar que A Lei Federal 13979/2020 prevê a dispensa de licitação temporária para aquisições destinadas ao enfrentamento da pandemia do Covid 19 e a disponibilização dessas contratações em "site oficial específico".

Nesse sentido o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso emitiu a Orientação Técnica n.º 05/2020 contendo as informações necessárias à divulgação das despesas relacionadas à Covid 19, a fim de imprimir transparência ao uso dos recursos públicos nas ações de combate à pandemia.

Cabe ao gestor especificar adequadamente o objeto que está sendo licitado, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

No caso em tela, ao que se depreende do Anexo I, Termo de Referência, o objeto é a aquisição de materiais gráficos necessários ao uso em ações de combate ao coronavírus, atendendo adequadamente à exigência de compressão e adequação da descrição do objeto.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito e preço da contratação no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da



igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, em se tratando de Carta Convite, vale mencionar que a respeito da publicidade do instrumento convocatório, deve-se atentar para a publicação do edital, a fim de ampliar a concorrência além dos convidados, haja vista que três é um número mínimo, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.

O convite é a modalidade de licitação prevista no artigo 22, III, da Lei n.º 8666/93, utilizada para contratações de menor vulto, se destina a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado.

O processo está devidamente instruído com os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a minuta do edital, e o respectivo contrato administrativo minutado que são os principais itens de análise e aprovação neste parecer.

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos.

A minuta do contrato administrativo também reflete todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também reflete outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução.

Vale ressaltar que a Comissão de Licitação e Contratos deve observar quanto à existência de Contrato para a aquisição de materiais gráficos e a real necessidade de licitação específica para suprir demanda relacionada à Covid-19. Saliente-se que os itens que serão adquiridos à contratada na presente licitação não se diferenciam dos materiais utilizados na rotina da prefeitura em período de fora da pandemia, não se justificando uma licitação específica para o período de pandemia.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

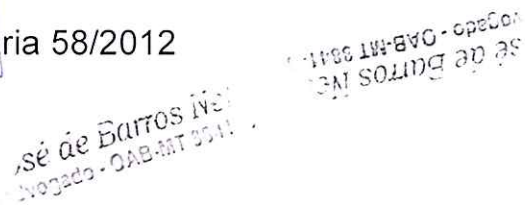
Deste modo, com as ressalvas que devem ser dirimidas, e estando a minuta do Edital e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Porto Esperidião-MT, 08 de março de 2021.


José de Barros Neto

Portaria 58/2012


José de Barros Neto
OAB-MT 30411